



Luís Roberto
João Vitor

Santa Casa da Misericórdia
da
Covilhã

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2023

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade.....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	9
3.1. Bases de Apresentação	9
4. Fluxos de Caixa	20
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	20
6. Ativos Fixos Tangíveis.....	21
7. Custos de empréstimos Obtidos	23
8. Inventários	23
9. Rédito	24
10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas	25
11. Benefícios dos empregados	25
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	27
13. Créditos a receber	27
14. Outros ativos correntes.....	28
15. Diferimentos	28
16. Caixa e Depósitos Bancários	29
17. Fundos Patrimoniais.....	29
18. Fornecedores	30
19. Estado e Outros Entes Públicos.....	30
20. Outros passivos correntes.....	31
21. Subsídios, doações e legados à exploração	31
22. Fornecimentos e serviços externos.....	32
23. Outros rendimentos.....	32
24. Outros gastos	33
25. Resultados Financeiros.....	33
26. Acontecimentos após data de Balanço	34

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2023	31-12-2022
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	6		12 771 420,97	11 540 903,19
Bens do património histórico e cultural	6		537 100,00	503 670,00
Investimentos financeiros				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Outros créditos e ativos não correntes				
Subtotal			13 308 520,97	12 044 573,19
Ativo corrente				
Inventários	8		7 610,74	10 091,64
Créditos a receber	13		194 124,55	346 756,26
Estado e outros Entes Públicos	19		38 038,53	4 163,19
Diferimentos	15		6 702,28	6 368,22
Outros ativos correntes	14		2 038 201,15	691 314,34
Caixa e depósitos bancários	4 e 16		1 058 168,78	769 020,03
Subtotal			3 342 846,03	1 827 713,68
Total do Ativo			16 651 367,00	13 872 286,87
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	17		829 071,40	829 071,40
Resultados transitados	17		(1 249 602,51)	(1 326 526,26)
Excedentes de revalorização	17		9 218 989,42	8 260 428,34
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais	17		2 862 033,21	608 289,31
			11 660 491,52	8 371 262,79
Resultado Líquido do período			15 266,68	76 923,75
Total do fundos patrimoniais			11 675 758,20	8 448 186,54
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões específicas				
Financiamentos obtidos	7		1 859 662,35	2 134 498,38
Subtotal			1 859 662,35	2 134 498,38
Passivo corrente				
Fornecedores	18		931 018,65	930 139,22
Estado e outros Entes Públicos	19		146 484,82	103 475,51
Financiamentos obtidos	7		555 580,55	507 037,28
Diferimentos	15		113 720,64	420 727,19
Outros passivos correntes	20		1 369 141,79	1 328 222,75
Subtotal			3 115 946,45	3 289 601,95
Total do passivo			4 975 608,80	5 424 100,33
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			16 651 367,00	13 872 286,87

Covilhã, 25 de Março de 2024

O Contabilista Certificado

M. P. P. P.
CC13747

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures and stamps]

Luís do Carmo Espírito Santo
Luís do Carmo Espírito Santo

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

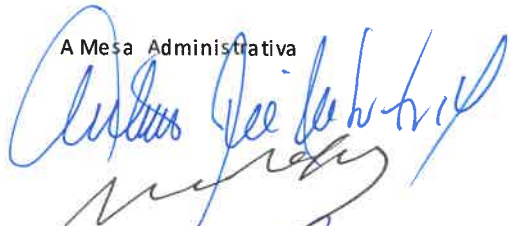
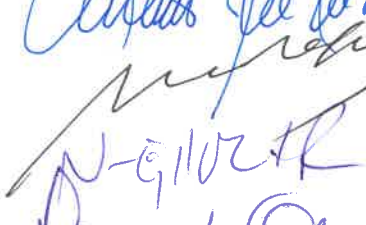
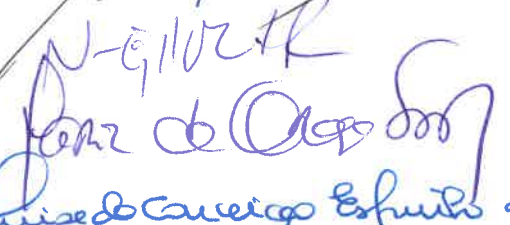
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	9	3 887 239,42	3 831 425,41
Subsídios, doações e legados à exploração	10 e 21	605 682,39	595 387,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(287 608,37)	(295 933,83)
Fornecimentos e serviços externos	22	(1 380 806,55)	(1 455 086,58)
Gastos com o pessoal	11	(2 633 981,92)	(2 383 999,95)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		1 255,98	1 617,01
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos	23	313 683,48	173 097,09
Outros gastos	24	(65 793,24)	(41 241,89)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		439 671,19	425 264,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(296 166,88)	(296 209,87)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		143 504,31	129 054,97
Juros e rendimentos similares obtidos	9 e 25	90,01	47,95
Juros e gastos similares suportados	25	(128 327,64)	(52 179,17)
Resultados antes de impostos		15 266,68	76 923,75
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		15 266,68	76 923,75

Covilhã, 25 de Março de 2024

O Contabilista Certificado

M. G. Prata
CC13747

A Mesa Administrativa




 Luísa do Carmo Espírito Santo
 (Luísa do Carmo)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Resultado líquido do período	Total
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais		
6	6	829 071,40	-	-	(1 326 526,26)	-	8 260 428,34	608 289,31	76 923,75	8 448 186,54
7	ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						958 561,08			
									(76 923,75)	-
									(76 923,75)	
									15 266,68	15 266,68
									15 266,68	15 266,68
8	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO RESULTADO EXTENSIVO 9=7+8									
								2 253 743,90		2 253 743,90
10	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações									
6+7+8+10	6+7+8+10	829 071,40	-	-	(1 249 602,51)	-	9 218 989,42	2 862 033,21	15 266,68	11 675 758,20

Covilhã, 25 de Março de 2024

O Contabilista Certificado

CC 13747

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Alto de Santa Cruz - Covilhã
NIF: 501631488

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		4 173 970,56	4 049 982,92
Recebimentos de subsídios		1 073 711,68	324 066,91
Recebimentos Bolsas		36 334,66	143 445,29
Pagamento a fornecedores		1 637 982,88	1 673 588,01
Pagamentos ao pessoal		2 563 923,26	2 332 376,61
Caixa gerada pelas operações		1 082 110,76	511 530,50
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		159 415,11	114 891,46
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 241 525,87	626 421,96
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		331 779,19	278 865,18
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			5 000,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		90,01	47,95
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(331 689,18)	(273 817,23)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		427 102,52	265 100,05
Juros e gastos similares		118 585,42	44 896,32
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento		75 000,00	100 000,00
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(620 687,94)	(409 996,37)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		289 148,75	(57 391,64)
Caixa e seus equivalentes no início do período		769 020,03	826 411,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 058 168,78	769 020,03
Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		289 148,75	(57 391,64)

Covilhã, 25 de Março de 2024

O Contabilista Certificado

MC Fata
CC 13747

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Alto de Santa Cruz
NIF: 501631488

Anexo

Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo apresentam-se expressos em euros.

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia da Covilhã é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede em Alto de Santa Cruz, na cidade da Covilhã, encontra-se registada na Direção Geral da Segurança Social, no Livro das Irmandades sob o nº 04/84.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã, fundada no ano de 1577, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristã.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais e de saúde na comunidade civil e para que possa prosseguir os seguintes objetivos, esta enquadrada nos seguintes C.A.E.'s:

- 87301 Atividade apoio social para pessoas idosas, com alojamento.
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- 85100 Educação Pré-escolar
- 86906 Outras atividades de Saúde Humana, n.e.
- 86990 Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.



2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
 - Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
 - Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
 - NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outros ativos e passivos correntes” (Notas 14 e 20) e “Diferimentos” (Nota 15).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



10

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.7. Ativos Fixos Tangíveis

a) A entidade efetuou uma revalorização dos Imóveis, a última das quais com a referência de 31 de dezembro de 2023. Esta avaliação foi realizada por um avaliador independente escolhido pela Instituição – António Morais Afonso, Eng.. Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, excepto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respectivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

b) Os restantes “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção.

c) Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

Os gastos que a Entidade tenha com manutenção e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo, e estão de acordo com o disposto do DR 25/2009:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	2,5 a 100
Equipamento básico	3 a 12
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso.

3.1.8. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem, têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.1.9. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.1.10. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários a conclusão dos inventários e dos custos de comercialização. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhe estão associados estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.1.11. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.12. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.13. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que há possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.14. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia). Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *“Fornecimentos e Serviços Externos”*.

3.1.15. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ao abrigo da alínea b) deste artigo:

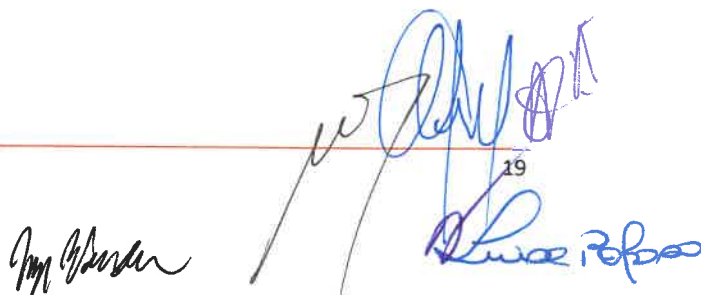
“As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.1.16 Subsídios ao Investimento

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais” em contrapartida da rubrica de “Outros Ativos Correntes”.
- Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica “Outros Ativos Correntes” em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- A imputação aos resultados, dos subsídios contratualizados, é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objecto de comparticipação e é reconhecida na rubrica “Outros Rendimentos” em contrapartida da rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”.



4. Fluxos de Caixa

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa em seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2023 detalha-se conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Caixa	296,52	1.076,29
Depósitos à ordem	1.057.872,26	767.943,74
Total	1.058.168,78	769.020,03

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

No ano de 2023 a SCMC alterou a política de contabilização relativa às verbas provenientes dos Acordos de Cooperação (nota 9 e 10). De forma a permitir a comparabilidade da informação financeira apresentada a SCMC efetuou a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2012. Não ocorreram alterações materiais às estimativas contabilísticas efetuadas no período apresentado nem foram identificados quaisquer erros materiais.

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Transferências	Saldo em 31-Dez-2023
Vendas e serviços prestados	2 322 103,75	1 509 321,66	3 831 425,41
Subsídios, doações e legados à exploração	2 104 709,27	(1 509 321,66)	595 387,61
	-	-	-
	-	-	-
Total	4 426 813,02	-	4 426 813,02

6. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade possui os seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
EDIFÍCIO IGREJA MISERICORDIA
EDIFÍCIO CAPELA DO CALVÁRIO

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

31 de Dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Bens imóveis	503.670,00	-	-		33.430,00	537.100,00
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	503.670,00	-	-	-	33.430,00	537.100,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	215 900,00	-	-	-	-	215 900,00
Edifícios e outras construções	10 950 042,43	10 143,67	(4 731,69)	275 372,73	-	11 230 827,14
Equipamento básico	1 832 665,03	7 371,69	-	-	-	1 840 036,72
Equipamento de transporte	139 414,34	-	(9 000,00)	-	-	130 414,34
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	367 322,58	3 467,37	-	-	-	370 789,95
Outros Ativos fixos tangíveis	197 428,71	10 355,71	-	-	-	207 784,42
Imobilizado em curso	348 778,81	172 488,02	-	(275 372,73)	-	245 894,10
Total (1)	14 051 551,90	203 826,46	(13 731,69)	-	-	14 241 646,67
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	3 497,50	274 184,78	-	-	-	277 682,28
Equipamento básico	1 807 306,34	5 289,57	-	-	-	1 812 595,91
Equipamento de transporte	81 878,94	9 107,11	(9 000,00)	-	-	81 986,05
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	366 909,55	1 572,03	-	-	-	368 481,58
Outros Ativos fixos tangíveis	153 941,28	6 056,38	-	-	-	159 997,66
Total (2)	2 413 533,61	296 209,87	(9 000,00)	-	-	2 700 743,48
Total (1-2)	11 638 018,29	(92 383,41)	(4 731,69)	-	-	11 540 903,19

31 de Dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	215 900,00	-	-	-	(13 900,00)	202 000,00
Edifícios e outras construções	11 230 827,14	19 372,50	-	(547 493,29)	939 031,08	11 641 737,43
Equipamento básico	1 840 036,72	1 757,61	-	-	-	1 841 794,33
Equipamento de transporte	130 414,34	-	-	-	-	130 414,34
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	370 789,95	-	-	-	-	370 789,95
Outros Ativos fixos tangíveis	207 784,42	7 149,99	-	-	-	214 934,41
Imobilizado em curso	245 894,10	573 273,48	-	-	-	819 167,58
Total (1)	14 241 646,67	601 553,58	-	(547 493,29)	925 131,08	15 220 838,04
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	277 682,28	274 605,97	-	(547 556,41)	-	4 731,84
Equipamento básico	1 812 595,91	5 436,92	-	63,12	-	1 818 095,95
Equipamento de transporte	81 986,05	9 107,11	-	-	-	91 093,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	368 481,58	1 023,58	-	-	-	369 505,16
Outros Ativos fixos tangíveis	159 997,66	5 993,30	-	-	-	165 990,96
Total (2)	2 700 743,48	296 166,88	-	(547 493,29)	-	2 449 417,07
Total (1-2)	11 540 903,19	305 386,70	-	-	925 131,08	12 771 420,97

Os bens imóveis (ativos fixos e bens do património artístico e cultural) foram revalorizados no ano de 2023 e em anos anteriores o que originou excedentes de revalorização conforme se apresenta seguidamente:

Valor de imóveis ao custo	11 387 413,92
valor de imóveis revalorizados	12 345 975,00
Excedente de revalorização	958 561,08

7. Custos de empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	555 580,55	1 859 662,35 €	2 415 242,90	432 037,28	2 134 498,38 €	2 566 535,66
Locações Financeiras		0				-
Contas caucionadas		0				-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>		0				-
Contas bancárias de letras descontadas		0				-
Descobertos Bancários Contratados		0				-
Outros Empréstimos		0		75 000,00		75 000,00
Total	555 580,55	1 859 662,35	2 415 242,90	507 037,28	2 134 498,38	2 641 535,66

Os empréstimos obtidos estão garantidos pela hipoteca de bens imoveis, no valor de 2.381 969,15€.

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2023
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.001,41	296.800,14	223,92	10.091,64	284.883,80	243,67	7.610,74
Produtos Acabados e Intermediários	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	9.001,41	296.800,14	223,92	10.091,64	284.883,80	243,67	7.610,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				295.933,83			287.608,37
Variações nos inventários da produção				-			-

9. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	3 887 239,42	3 831 425,41
- serviços prestados utentes	2 239 115,44	2 322 103,75
- serviços prestados ISS	1 648 123,98	1 509 321,66
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	90,01	47,95
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	3 887 329,43	3 831 473,36

Nota:

Em 24/11/2023 foi divulgada a FAQ 39 pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), que veio esclarecer o enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e as entidades do sector não lucrativo: “Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (conta 72)”

No exercício de 2023 a SCMC aplicou a FAQ 39 da CNC, passando o valor da comparticipação mensal recebida do Estado, resultante dos acordos de cooperação, que anteriormente eram contabilizados na com 75 para a conta 72.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estados - Exploração	511 804,91	506 046,29
Acordos Cooperação Segurança Social - Infância	119 086,65	30 016,56
Serviço Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)	23 978,49	103 145,51
Apoio COVID-19	-	8 453,46
I.E.F.P. - Medidas "Emprego"	70 340,64	135 066,00
Projetos	208 178,54	190 066,81
Consignação IRS/15% IVA suportado	2 136,21	2 295,26
Camara Municipal Covilhã	88 084,38	25 610,69
IAPMEI	-	10 752,00
Outros		640,00
Subsídios de Outras Entidades	19 351,85	28 250,00
- UMP	19 351,85	28 250,00
Doações, Doações e Legados - Exploração	74 525,71	61 091,29
Doações	74 525,71	61 091,29
Total	605 682,47	595 387,58

11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2023 e 2022, foram, respetivamente "21" e "22".

Em 04 de Dezembro de 2019 ocorreram eleições para o quadriénio 2020-2023, tendo os irmãos eleitos tomado posse dia 24 de Janeiro de 2020. Os atuais órgãos sociais são constituídos pelos seguintes elementos:

Órgãos Sociais	Cargo	Nome
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	Presidente	Alberto Alçada Rosa
	Vice-Presidente	Graça Isabel Pires Henry Robbins
	Secretário	José Alberto Guerra Tavares
	Suplente 1	Telmo Nunes Gabriel
	Suplente 2	João Nuno Guilherme Almeida Silva Sardinha
CONSELHO FISCAL OU DEFINITÓRIO	Presidente	José Luis da Conceição Ramos Adriano
	Membro Efetivo 1	Angelina Maria Ribeiro Proença B.S. Pinto
	Membro Efetivo 2	José Joaquim Antunes
	Suplente 1	Maria Dulce Gomes Ribeiro Barata
	Suplente 2	António Fernandes Alves Carrola
MESA ADMINISTRATIVA	Suplente 3	Fernando Marques Costa
	Provedor	António José Neto Freire
	Vice-Provedor	Manuel Proença Silva Raposo
	Secretário/a	João Carlos Izidoro Marques
	Tesoureiro/a	Maria da Graça Guilherme D'Almeida Sardinha
	Vogal efectivo 1	Lúisa da Conceição Espinho dos Santos Raposo
	Vogal efectivo 2	Jorge Manuel Proença Varanda
	Vogal efectivo 3	Nuno Ezequiel Mendes Pais
	Suplente 1	António Manuel Lopes Moreira
	Suplente 2	Nuno Miguel Borges Abreu
	Suplente 3	Maria Stela F. Santos Marques Pinto de Sousa

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de “160” e em 31/12/2022 foi de “167”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	2.046.539,73	1.859.448,43
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	15.011,11	7.589,26
Encargos sobre as Remunerações	450.125,38	399.810,69
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	19.241,61	24.501,88
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	103.064,09	92.649,69
Total	2.633.981,92	2.383.999,95

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulado

13. Créditos a receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c	194.124,55	346.756,26
Clientes	191.334,61	345.504,50
Utentes	2.789,94	1.251,76
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	64.096,18	65.352,16
Clientes	25.323,53	26.960,51
Utentes	38.772,65	38.391,65
Total (1)	258.220,73	412.108,42

Perdas por Imparidade

Descrição	2023	2022
Clientes	25.323,53	26.960,51
Utentes	38.772,65	38.391,65
Outros		
Total(2)	64.096,18	65.352,16
Total(1)+Total(2)	194.124,55	346.756,26

14. Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” e “Outros investimentos financeiros” tinha, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal	27,64	162,84
Fornecedores com saldo devedor	98,68	98,68
Devedores por acréscimo de rendimentos	96.645,87	24.577,62
.....		
Outros Devedores	1.919.320,80	625.810,85
Total (1)	2.016.092,99	650.649,99
Titulos Capital Crédito Agrícola	500,00	500,00
Titulos Capital Garval-Sociedade de Garantia Mútua	6.960,00	6.960,00
Fundo Compensação Trabalho	13.171,05	31.727,24
Outros	1.477,11	1.477,11
Total(2)	22.108,16	40.664,35
Total (1+2)	2.038.201,15	691.314,34

15. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	3.090,88	2.856,70
Outros	3.611,40	3.511,52
...		
Total	6.702,28	6.368,22
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidades Infântário	7.204,59	9.017,44
Donativos		
Contrato " Gastro"	2.084,07	6.250,67
Subsidios IEFP	72.474,86	53.395,32
Quotizações	108,00	72,00
Projetos	31.849,12	351.991,76
Outros		
Total	113.720,64	420.727,19

16. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	296,52	1.076,29
Depósitos à ordem	1.057.872,26	767.943,74
Total	1.058.168,78	769.020,03

17. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	829 071,40	-	-	829 071,40
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(1 326 526,26)		76 923,75	(1 249 602,51)
Excedentes de revalorização	8 260 428,34	958 561,08		9 218 989,42
Outras variações nos fundos patrimoniais	608 289,31	2 302 093,91	(48 350,01)	2 862 033,21
Total	8 371 262,79	3 260 654,99	28 573,74	11 660 491,52

O valor de 2.302.093,91€ registado em fundos patrimoniais diz respeito ao reconhecimento do subsídio ao investimento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência – Requalificação e Alargamento da rede de equipamentos e resposta sociais, destinado a financiar a realização do investimento de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas com doenças neurodegenerativas, obra que se encontra em curso, e se espera esteja concluída no final de 2024.

18. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	931.018,65	930.139,22
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	931.018,65	930.139,22

19. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	38 038,53	4 163,19
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	38 038,53	4 163,19
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	49 206,31	2 594,45
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	12 413,50	19 208,50
Segurança Social	84 865,01	81 088,51
Fundo Compensação Trabalho		584,05
Total	146 484,82	103 475,51

20. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros conta a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-		-	-
Remunerações a pagar	-		-	
Cauções	-		-	-
Outras operações	-		-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-		-	-
Fornecedores de Investimentos	-	228 932,44	-	42 742,50
Credores por acréscimos de gastos	-	956 680,49	-	934 295,52
Outros credores	-	178 528,86	-	346 184,73
Adiantamentos de Clientes		5 000,00		5 000,00
Total	-	1 369 141,79		1 328 222,75

21. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios de outras entidades	19 351,85	28 250,00
Doações	74 525,71	61 091,29
Heranças		
Legados		
Total	93 877,56	89 341,29

Os “Subsídios e outros apoios das entidades públicas” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos		
Serviços especializados	931.486,85	1.000.724,50
Materiais	83.372,56	55.052,90
Energia e fluidos	206.766,30	256.640,82
Deslocações, estadas e transportes	12.365,81	7.565,99
Serviços diversos (*)	146.815,03	135.102,37
Limpeza, Higiene e Conforto	61.986,79	60.836,88
Rendas e Alugueres - Equipamentos	51.599,55	42.774,84
Comunicação	9.485,04	9.610,37
Outros Serviços	23.743,65	21.880,28
Total	1.380.806,55	1.455.086,58

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

23. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	13 258,81	12 424,77
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 674,72	1 958,67
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	93 719,74	91 787,26
Outros rendimentos	205 030,21	66 926,39
Total	313 683,48	173 097,09

Foi contabilizado em outros rendimentos o valor de 144.390,36€ relativo à Compensação financeira do diferencial remuneratório das educadoras do pré-escolar.



24. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	2 558,52	1 650,86
Descontos de pronto pagamento concedidos		-
Dívidas incobráveis	55 875,55	
Perdas em inventários		-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		-
Gastos e perdas investimentos não financeiros		-
Outros Gastos	7 359,17	39 591,03
Total	65 793,24	41 241,89

Foi reconhecida como incobrável a dívida do Jornal Noticias da Covilhã.

25. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	128.327,64	52.179,17
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento		-
Total	128.327,64	52.179,17
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	90,01	47,95
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	90,01	47,95
Resultados financeiros	128.237,63	(52.131,22)

26. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

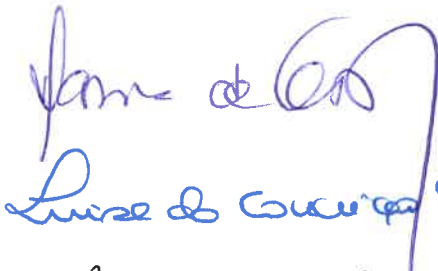
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Covilhã, 25 de março de 2024

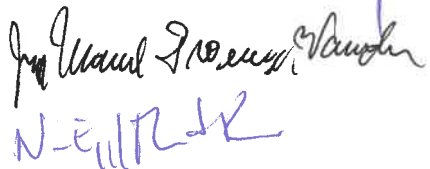
A Mesa Administrativa



João de Deus



Luís de Sousa Espírito Santo



N-11111111



CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

João Cruz Martins Sofia Salvado Martins Américo Pereira Abreu
● Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2, r/c - Esq.º 6200-551 COVILHÃ

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICORDIA DA COVILHÃ**, (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 16.651.367 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.675 758 euros, incluindo um resultado líquido de 15.267 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICORDIA DA COVILHÃ** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

1

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

No ano 2023, à semelhança do ano 2019 e 2021, a entidade efetuou a revalorização dos imóveis de acordo com a avaliação efetuada por entidade independente, escolhida pela Instituição, tendo originado a contabilização de excedentes de revalorização no montante de 959 milhares de euros conforme referido na Nota 6 do Anexo. Em 31 de Dezembro de 2023 os excedentes de revalorização ascendem a 9.219 milhares de euros. Contudo, devemos salientar que alguns dos imóveis apresentam características específicas suscetíveis de influenciar o valor atribuído aos mesmos. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

2

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

88



CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

João Cruz Martins Sofia Salvado Martins Américo Pereira Abreu
● Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2, r/c - Esq.º 6200-551 COVILHÃ

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova da auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

3

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Covilhã, 25 de março de 2024

CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Registada na CMVM sob o nº 20161596

Representada por Sofia Salvado Martins, ROC nº 1740